



# PIAUI



## DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIII - 114º DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 27 de fevereiro de 2004 - Nº 037

TERESINA - PI

### Rebanho bovino do Piauí será rastreado por satélite



Animais serão rastreados

No período de 15 de março a 30 de junho deste ano, os criadores de gado do Piauí terão que se adequar ao sistema de rastreamento do rebanho, por determinação do Ministério da Agricultura. Foi o que anunciou nesta quinta-feira (26), o secretário de Desenvolvimento Rural (SDR), Sérgio Vilela, explicando que esse controle, monitorado por satélite, tem por finalidade o acompanhamento de técnicas de manejo e sanidade animal.

De acordo com o secretário, cada animal terá um chip numa orelha, parecido com um brinco, através do qual são armazenadas informações sobre a vida do animal, tais como

alimentação, vacinas e até sobre deslocamentos entre municípios.

Quando o animal é abatido, o comprador pode ter acesso a uma ficha contendo todas as informações sobre a procedência e os procedimentos utilizados para a produção da carne, uma exigência do mercado externo.

O diretor do departamento de Sanidade Animal da SDR, José Nogueira Bernardes, informou que sem o atendimento à essa exigência, os animais não poderão participar de exposições, leilões e a carne não poderá ser exportada. O rebanho bovino do Piauí é de aproximadamente 1,8 milhão de cabeças.

Caberá à Delegacia Federal da Agricultura (DFA), o treinamento de técnicos e o credenciamento de empresas para implantação do sistema junto aos criadores. De acordo com o presidente da APCZ (Associação Piauiense de Criadores de Zebu), José Ribamar Monteiro, a medida vai simplificar o controle do rebanho por parte do Governo.

### PSH Rural e governo do Piauí desenvolvem projeto piloto no meio rural

O Governo do Piauí, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e algumas prefeituras está instalando um programa piloto na região de São Raimundo Nonato. Trata-se do Programa de Subsídio e Habitação de Interesse Social, o PSH Rural. Através desse programa serão construídas 400 casas com cisternas para 400 famílias dos municípios de São Lourenço, João Costa, Coronel José Dias e São Raimundo Nonato.

Entre os beneficiários está dona Maria Rodrigues da Silva, de 65 anos, que festeja a chegada de uma cisterna e diz que já sofreu muito por falta de água. "Já chorei de sede, eu tenho uma perna quebrada e por isso tenho que andar com uma muleta léguas para trazer água para casa. Pra mim é uma bênção alcançar uma casa com água", diz ela que é viúva e mora com um filho no interior do município de São Lourenço em um povoado chamado Lagoa do João.

A notícia também foi motivo de alegria para dona Eufrasina Benvenida de Santana, de 69 anos, que até hoje precisava carregar água para beber. "Nessa idade até hoje eu carregava água para beber na cabeça, vou buscar na vizinhança que tem caldeirão. É o maior prazer ter uma casa com caldeirão (cisterna)", diz a aposentada.

"Com essa vinda desse benefício eu estou me sentindo muito feliz e estou com fé que vou adquirir uma casa de meus sonhos. É uma alegria para a gente porque a gente vive nesses interiores com as moradias ruins. Minha casa foi feita pelos amigos porque minha casa pegou fogo e nós ficamos só com roupa do corpo, eu, a mulher e os filhos", diz Sílvia de Sousa Ferreira, que foi o primeiro lavrador a ter uma cisterna em casa na região de Coronel José Dias.



Família beneficiada com moradias

Seu Sílvia fala das mudanças que a instalação da cisterna trouxe para sua família. "Antes da cisterna, meus filhos só viviam adoecendo depois da água da cisterna ninguém vê falar de gente doente. Com a cisterna a gente tem uma água especial, antes a gente bebia água das barreiras, das enchurradas, antes a gente banhava a uma distância de duas léguas", lembra ele.

"A gente fica muito feliz pela oportunidade de ter uma casa que eu não tinha, ainda mais com cisterna", diz Lauro Ferreira dos Santos, que esteve na solenidade de assinatura dos contratos acompanhado da família.

Para alguns, a casa própria representa a realização de um sonho. "Como eu ainda não tenho uma casa, recebendo essa e com água com certeza eu vou ser muito feliz", diz a lavradora Pedrina da Silva Sousa, mãe de quatro filhos.

"A mudança é boa. Para gente, muda a moradia de uma fraca para uma melhor, muda que a gente vai ter água tratada", diz o lavrador Cosme Oliveira Mota.

Norma Dantas



A defensora-geral, Norma Dantas, da Defensoria Pública do Estado do Piauí, em entrevista ao Portal do Governo, através da Secretaria de Comunicação do Estado (Secom), fala sobre as ações do órgão, a partir da administração do governador Wellington Dias, para facilitar o acesso à Justiça a pessoas carentes, tais como o exame de DNA gratuito, nas investigações de paternidade; a realização de concurso para defensor público; assistência jurídica aos presos e a seus familiares, à criança, ao adolescente e a mulher vítima da violência.

Secom - O que há de concreto na Defensoria Pública, dos processos que tratam de exames de DNA para atender as pessoas carentes?

Norma Dantas - O que há de concreto é que, o Governo Wellington Dias, através do Laboratório Central (Lacen) voltou a realizar o exame de DNA gratuito, nas ações de investigação de paternidade que tramitam, na assistência judiciária, e patrocinadas pela Defensoria Pública.

Secom - Quantos exames desse tipo são realizados pelo Lacen por mês?

Norma Dantas - Primeiro foi feito uma licitação inicial, porque o Lacen vai ser o intermediário. Ele colhe o material e o envia para o laboratório Hermes Bardini, em Belo Horizonte, que foi o ganhador do processo de licitação. Inicialmente, vamos realizar 220 exames podendo ser colhido até cinco materiais por dia.

Secom - E como está sendo a atuação da Defensoria Pública nos presídios do Piauí?

Norma Dantas - Com relação a esse trabalho que já vem sendo feito desde abril do ano passado, em convênio com a Secretaria de Justiça, através do Núcleo das Execuções Penais e ligado à Unidade Penal, e sob a responsabilidade dos defensores públicos, Ulisses Brasil e Ana Patrícia Paes Landim. É um trabalho que tem exigido bastante dedicação e já se tornou um fator de orgulho para Defensoria Pública. Desde aquele mês a Defensoria tem estado presente nos presídios, três vezes por semana, prestando atendimento ao preso e aos seus familiares, podendo, então resolver as questões mais urgentes, identificar os problemas mais gritantes em relação aos Direitos Humanos, presos com prazos extrapolados e que já poderiam ter saído do sistema penal.

Secom - E quais os resultados práticos de tudo isso?

Norma Dantas - Como resultado prático é que entrando aproximadamente 80 novos presos no sistema presidiário de Teresina por mês, hoje saem em média 67, contra uma estatística anterior que entrando os mesmos 80 saiam apenas 20 ou 30 deles. Então isso é um avanço, e motivo de orgulho; até porque ainda não contamos com uma estrutura operacional mínima que gostaríamos de ter como a disponibilização de veículos, computadores e local adequado dentro dos presídios para que se possa atender com dignidade e eficiência.

Mas acreditamos que essas condições é uma questão de tempo, e que logo, com a chegada dos novos defensores e com essas melhorias operacionais que será ofertada pela Secretaria de Justiça, poderemos alcançar resultados ainda melhores.

Secom - Quantos defensores foram aprovados e quando serão chamados?

Norma Dantas - Realizamos concurso para 30 vagas para defensores públicos. Agora, vai depender do governador Wellington Dias a determinação dessas nomeações. Mas estamos ansiosos para que elas aconteçam o mais breve possível, porque a sociedade, o pobre que depende da Defensoria para ter acesso à Justiça clama por isso, há cerca de 20 anos. A instituição realizadora do concurso, a Fesbec do Rio Grande do Sul, vai estar nos entregando o resultado final com a classificação dos títulos até o final do mês, e publicaremos isso até o início de março e a consequente nomeação e posse serão definidas pelo governador.

Secom - Como é que funciona o Cartório Único da Assistência Judiciária, localizado dentro da Defensoria e porque as pessoas reclamam tanto da demora dos processos?

Norma Dantas - Em primeiro lugar, devemos esclarecer que o Cartório não é da Defensoria. Ele está instalado no prédio da Defensoria Pública, mas é um órgão do Poder Judiciário. Portanto o Cartório Único não é um órgão do Executivo, e consequentemente não é ligado à Defensoria Pública.

Agora, porque os processos que tramitam naquele Cartório demoram tanto? Primeiro, sabemos que não existe nada na Justiça que tramite de maneira rápida. Mas é a Justiça que todos sonhamos que é uma Justiça célere e eficiente, inclusive todos os magistrados e desembargadores que trabalham com ela são sabedores e conhecedores da própria estrutura judiciária que possui bastante prazo, ampla defesa. Tanto é que a reforma do Judiciário tem como um dos seus objetivos conseguir modificar essa estrutura e garantir essa celeridade.

Quanto à sua pergunta sobre a demora no Cartório, ele tem a sua especificidade para justificar essa demora, que apesar de ser instalado dentro da Defensoria para ficar perto dos defensores, do constituinte não foi dada a esse Cartório uma estrutura mínima para que funcionasse eficientemente ou melhor, não possui servidores, computadores, impressora em número suficiente, não tem mecanismos de informática que permita um controle desses processos. Além disso tudo, o problema da ideia da sua constituição, pois dentro dele passaram a tramitar aproximadamente 14 mil processos, ligados a 13 varas civis, da família e de todos os assuntos que diz respeito a área civil, toda parte do registro público, dos feitos da fazenda, sucessão, reintegração de posse, contando com apenas um escrivão. Enquanto que na Justiça Comum, temos uma vara para um cartório que conta com um escrivão e seu juiz.

Então a Defensoria Pública junto com a Corregedoria de Justiça, num trabalho de absoluta parceria envidaram todos os esforços que uma pessoa humana possa desenvolver, no sentido de dar garantia de funcionamento a esse cartório. Para isso disponibilizamos pessoal, veículo, máquinas, impressoras, juizes auxiliares, foram feitas duas correções. Portanto, chegamos a conclusão que diante de tantas dificuldades é difícil garantir ao pobre o acesso à Justiça. Por isso que estamos fazendo uma Defensoria forte, com a realização do concurso público, pois há quase 20 anos que não tínhamos. Depois é preciso voltar ao sistema das varas privativas, ou melhor, varas com um escrivão, escrevente, com um número suficiente de servidores, além de todo o material operacional e um juiz responsável por cada vara, onde só irão tramitar os processos de custas gratuitas. É isso que estamos solicitando do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Albuquerque, sensível à pobreza até por conta desses projetos de Justiça Itinerante e Juizados Especiais.

Secom - Para concluir a senhora poderia fazer uma ligeira avaliação da atuação da Defensoria nesta administração?

Norma Dantas - A Defensoria, depois do início da administração do governador Wellington Dias, é uma outra Defensoria e absolutamente comprometida com o interesse do pobre, sem interesse de políticas eleitoreiras, voltada para os problemas das populações carentes. Prova disso é o concurso público para defensor público, fortalecendo a Defensoria, uma verdadeira auto-afirmação enquanto instituição criada pela Constituição de 1988. Mesmo com um número reduzido de defensores pudemos atuar em áreas nunca ocupadas.

Estamos atuando de forma eficiente na vara da infância e da juventude em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Sasc), através do núcleo de direito processórios com doutor Rogério Newton, assessoria direta a todos os processos de reintegração de posse para as ocupações urbanas, suspender liminares de reintegração de posse, assistência à mulher vítima da violência em parceria com a Coordenadoria da Mulher, criamos o núcleo de mediação, presença dos juizes auxiliares para resolver os problemas de separações, os divórcios consensuais, na área criminal uma assistência nos presídios e nos distritos policiais. Acreditamos que em 2004 com os defensores novos, com atuação nas regionais do interior garantir o acesso à Justiça aos carentes.